



Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Quinta - feira • 15 de fevereiro de 2007 • Ano VI

SINDJUS PEDE A SUSPENSÃO IMEDIATA DA PORTARIA DO MPU QUE ALTERA A JORNADA DE TRABALHO

Depois de se reunir com o procurador-geral do MPDFT, Leonardo Bandarra, com o vice-procurador-geral do MPT, Otávio Brito, e agendar uma reunião com a procuradora-geral do MPM, Maria Ester Tavares, tratando da portaria 707, que modifica a jornada de trabalho dos servidores ligados ao Ministério Público da União, o Sindjus ingressou com requerimentos administrativos no Conselho de Assessoramento Superior do MPU para determinar a imediata suspensão dos efeitos da Portaria PGR/MPU nº 707, de 2006, até que se dê a análise final do requerimento, para que aquele órgão proponha a revogação ou alteração do referido ato administrativo.

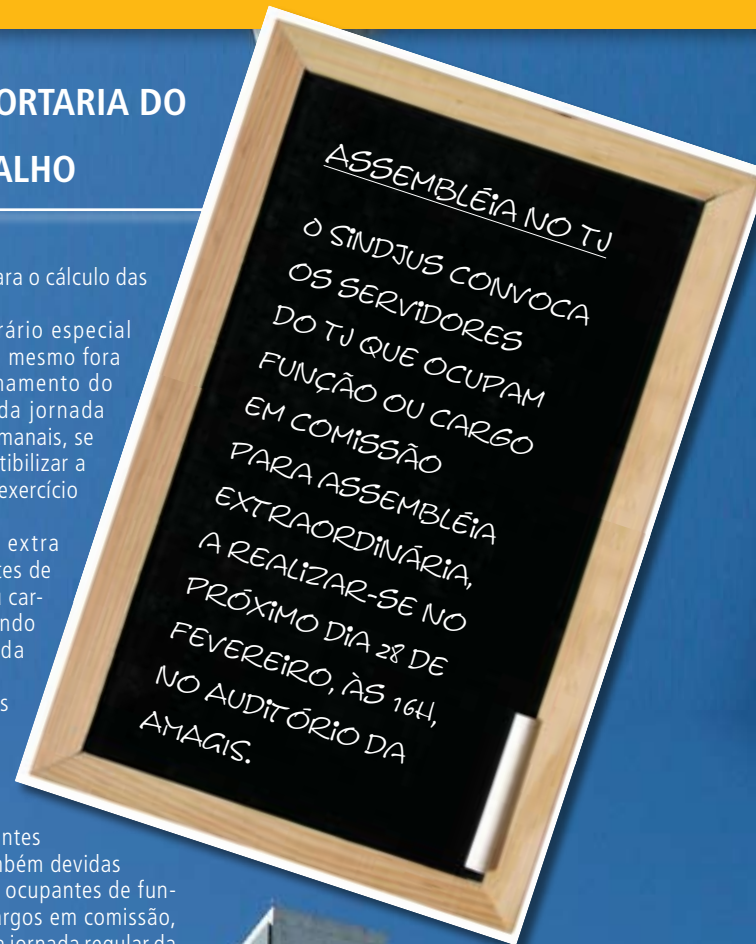
O sindicato sustentou suas razões em várias regras constitucionais e infraconstitucionais, além de precedentes jurisprudenciais e do Conselho Nacional de Justiça, realizando ampla coleta de dados da realidade em cada Estado da federação e após fundamentar cada questão divergente, a entidade sindical requereu:

- (a) a fixação da jornada de trabalho dos servidores do Ministério Público da União em 35 horas semanais;
- (b) o afastamento da redução proporcional de remuneração;
- (c) a substituição do controle eletrônico de frequência por folha de ponto, com a suspensão de qualquer procedimento de licitação

em andamento;

- (d) a alteração do divisor para o cálculo das horas extras;
- (e) o cumprimento de horário especial ao servidor estudante, mesmo fora do horário de funcionamento do órgão e com fixação da jornada em 30 (trinta) horas semanais, se necessário para compatibilizar a grade curricular com o exercício do cargo;
- (f) o pagamento de hora extra aos servidores ocupantes de função de confiança ou cargos em comissão, quando ultrapassada a jornada regular;
- (g) o pagamento de horas extras aos analistas de saúde e periciais com especialidade em medicina, quando trabalharem horas excedentes à jornada especial, também devidas aos analistas de saúde ocupantes de função de confiança ou cargos em comissão, quando ultrapassarem a jornada regular da sua especialidade.

O Sindjus apresentará um calendário de assembléia logo depois do carnaval.



Alterações do PCS do Judiciário devem chegar ao Congresso em breve

Além do STF, o STJ já aprovou o projeto que altera a redação final do projeto de lei 11.416/06, ou seja, do Plano de Cargos e Salários dos servidores do Poder Judiciário da União. Agora, para ser encaminhado ao Congresso, só falta o texto ser aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho da Justiça Federal, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Depois da aprovação dos Tribunais Superiores, isso deve acontecer em breve.

Entre as mudanças, o projeto do STF traz de

volta ao PCS os 5% do Adicional de Qualificação para os técnicos judiciários com diploma de graduação e o texto determina que os ocupantes de cargos de provimento efetivo da Carreira Judiciária executem atividades exclusivas de Estado. Duas reivindicações da categoria que haviam sido vetadas.

O novo texto ainda define que a carreira dos servidores será única, formada pelos cargos de analista, técnico e auxiliar e não três carreiras, a carreira de analista, de técnico e de auxiliar. Sempre defendemos a carreira única para preservar os

direitos previdenciários, dos auxiliares e dos técnicos que prestarem concurso para outro nível.

As alterações que disciplinam o pagamento da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e do Adicional de Qualificação a servidores cedidos a outros órgãos também constam no novo texto. A lei em vigor estabelece que servidores podem receber essas vantagens durante o afastamento do cargo se estiverem cedidos a outro órgão da União, o novo texto restringe o pagamento das gratificações aos servidores que estiverem na carreira judiciária.

Coloque o CEFIS na sua programação de carnaval

O Cefis, neste carnaval, vai agradecer quem escolheu fugir da folia e quem quer cair na folia. Como assim? Além de aproveitar as churrasqueiras, o verde, as piscinas, as quadras poliesportivas, e toda a tranquilidade que o clube oferece para você, os filiados do Sindjus vão poder curtir a programação de carnaval do Cefis. E o melhor, você poderá aproveitar tudo isso junto com sua família.

Além do tradicional baile de carnaval nas noites de sábado, domingo e segunda, serão improvisadas duas tendas onde folião poderá cantar e dançar. Em uma delas, haverá axé, com efeitos de iluminação, fumaça e raio-laser. Ou seja,

um carnaval high tech. Mas, os saudosistas não precisam ficar desapontados – afinal, o Cefis vai agradecer a todos. Seguindo esse propósito, um leque de marchinhas inesquecíveis vai ganhar vida nas mãos de um DJ.

O grande diferencial do Carnaval Cefis 2007 é a interatividade. Ou seja, as bases da programação já estão prontas, mas quem vai dar o acabamento final é você. O filiado, entre outras coisas, poderá pedir a música que vai querer ouvir. E no telão, a estrela vai ser o servidor. Isso mesmo, imagens da festa do ano passado vão dividir o espaço no telão com os mais variados clips musicais.



Sindjus pede ao TSE mudanças no novo plano de saúde

Os servidores do TSE e o Sindjus foram convocados na tarde desta quarta-feira para uma reunião, com a secretária de Gestão de Pessoas do tribunal, Cátia Pereira Bessa e vários representantes da administração, para tratar das mudanças no plano de saúde dos servidores daquele tribunal. O Sindjus foi representado pelo Coordenador Roberto Policarpo.

Recentemente, a administração do TSE realizou modificações no contrato existente com a empresa Amil, passando a incluir, entre outras coisas, o sistema de co-participação dos servidores nas consultas e procedimentos médicos. Com esse novo sistema, os servidores terão de pagar 10% do valor dos exames laboratoriais e 20% do valor das consultas eletivas a serem realizadas – dinheiro que será descontado em folha salarial a cada consulta ou exame). Outra novidade ocorre em relação aos dependentes especiais, que passam a ser apenas cônjuges, pais e filhos dos servidores.

Segundo a secretária, as medidas foram tomadas porque a Amil pediu, em setembro passado, um reajuste de 58,34% do valor do plano para os servidores, percentual este que não foi concedido por parte do tribunal. Diante disso, no último dia 23 de janeiro, realizada nova licitação pelo tribunal para contratar um outro plano de saúde. De acordo com Cátia Bessa, a Amil ganhou novamente a licitação.

As mudanças provocaram preocupação entre os servidores do tribunal. Roberto Policarpo em sua intervenção criticou o fato da administração

promover mudanças sem ouvir os servidores que também contribuem para o pagamento do plano e como parte deveria ser consultada sobre qualquer alteração no contrato. A falta de informações foi apontado por Policarpo como a responsável pelo aumento, uma vez que o plano afirma haver excessos na utilização. Segundo policarpo se os servidores soubessem poderia haver um melhor controle na utilização. Outra crítica de Policarpo, foi a de que a administração buscasse reeducar a utilização não por meio de campanhas que esclarecessem mas, por meio de co-participação. Medida utilizada nos sistemas de auto-gestão, que não é o caso do TSE.

Policarpo propôs a adoção de várias medidas em relação ao assunto, como forma de deixar a prestação dos serviços mais próxima do que desejam todos os que lá trabalham.

A primeira medida é a suspensão da cobrança da co-participação e o desenvolvimento de uma campanha educativa para reduzir os excessos, que caso estejam impactando os valores do Plano. Policarpo também afirmou que pedirá que o tribunal obrigue a empresa Amil a cumprir o que dispõe o contrato e envie os relatórios mensais com a situação financeira do plano, bem como a quantidade de consultas e procedimentos realizados em relação a cada um dos beneficiários no tribunal. Por último, o sindicato irá requerer a participação de representantes do Sindjus e Asetse no conselho que está sendo criado para fiscalizar e analisar os serviços oferecidos pelo plano de saúde Amil.

Deixe-se levar pelo Habeas Cantus

Prepare-se para viajar rumo a um mundo encantado. Afinal, o coral Habeas Cantus, do Sindjus, já começou seus ensaios visando um cronograma de atividades para 2007. Quando você menos esperar, poderá se entregar à música deste grupo que, acima de tudo, transforma a vida em arte.

Na agenda do primeiro semestre deste ano, além das tradicionais apresentações bimestrais em instituições de caridade e da participação em festivais promovidos em Brasília e em eventos realizados pelo Judiciário Federal, Ministério Público e pelo Sindjus, coube ao Habeas Cantus, em parceria com o coral Corte em Canto, do STJ, a honra de realizar o VII Encontro de Coros de Empresas e Órgãos públicos do DF.

INSCRIÇÕES ABERTAS:

Já se imaginou fazendo parte deste coral? Ser uma das vozes a embalar emoções alheias? Causar bem-estar em rostos que você não sabe sequer o nome? Ter sua voz casada com outras vozes tão diferentes da sua? Pois esse sonho pode se tornar realidade.

Envie um e-mail para adelson.torres@trf1.gov.br ou agnela.paes@trf1.gov.br ou telefone para (61) 3410-3189 ou 3314-5238 e faça parte do Habeas Cantus. Não perca tempo, as inscrições vão até o final de fevereiro. Os ensaios do coral acontecem todas as terças e quintas-feiras, de 19h30 às 21h, no 2º subsolo do Ed. Anexo I do TRF 1ª Região.